DOI: https://doi.org/10.5281/zenodo.15389807 e-ISSN: 2177-8183

ANÁLISE DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO NO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO: A EXPERIÊNCIA DA REDE EDUCOMUNICATIVA

ANALYSIS OF DEVELOPMENT POLICY IN THE SERTÃO DO SÃO FRANCISCO: THE EXPERIENCE OF THE EDUCOMMUNICATION NETWORK

ANÁLISIS DE LA POLÍTICA DE DESARROLLO EN EL INTERIOR DE SÃO FRANCISCO: LA EXPERIENCIA DE LA RED DE EDUCOMUNICACIÓN

Carla Valois Ribeiro
valoiscarla@gmail.com
Mestra em Dinâmicas de Desenvolvimento do Semiárido
Prefeitura Municipal de Varzea Nova/BA

Paulo Roberto Ramos
paulo.ramos@univasf.edu.br
Doutor em Sociologia
Universidade Federal do Vale do São Francisco

RESUMO

O presente estudo se propôs a analisar a política de desenvolvimento territorial à luz da dinâmica da Rede Educom no Sertão do São Francisco baiano. Além disto, a pesquisa pretendeu apresentar o perfil de governança de redes públicas vinculadas à Rede Educom TSSF, apontando possíveis caminhos para o trabalho em rede. Foi realizado o levantamento das publicações relacionadas com a Rede Educom TSSF na última década, a fim de que fosse obtida uma apreciação destes documentos, com vistas à análise dos seus conteúdos. Os resultados apontaram para uma agenda local e estadual que sugere a Rede Educom TSSF como uma estratégia de fortalecimento da política de desenvolvimento territorial, contemplando espaços prioritários como os mecanismos de governança – CODETER e CMDS do Sertão do São Francisco. Foi possível observar que a Rede Educom TSSF, enquanto projeto político, pressupõe uma estruturação operacional com dinâmica própria e prevê instrumentos que garantam a sustentabilidade do projeto.

Palavras-chave: educomunicação. desenvolvimento territorial sustentável. políticas públicas.

DOI: https://doi.org/10.5281/zenodo.15389807 e-ISSN: 2177-8183

ABSTRACT

The present study proposed to analyze the territorial development policy in the light of the dynamics of the Educom Network in the Sertão do São Francisco in Bahia. In addition, the research intended to present the governance profile of public networks linked to the Educom TSSF Network, pointing out possible paths for networking. A survey of publications related to the Educom TSSF Network in the last decade was carried out, in order to obtain an appreciation of these documents, with a view to analyzing their contents. The results pointed to a local and state agenda that suggests the Educom TSSF Network as a strategy to strengthen the territorial development policy, contemplating priority spaces such as the governance mechanisms – CODETER and CMDS of the Sertão do São Francisco. It was possible to observe that the Educom TSSF Network, as a political project, presupposes an operational structuring with its own dynamics and provides instruments that guarantee the sustainability of the project.

Key-words: educommunication. sustainable territorial development. public policies.

RESUMEN

El presente estudio propuso analizar la política de desarrollo territorial a la luz de la dinámica de la Red Educom en el Sertão do São Francisco en Bahía. Además, la investigación pretendió presentar el perfil de gobernanza de las redes públicas vinculadas a la Red Educom TSSF, señalando posibles caminos para el trabajo en red. Se realizó un relevamiento de las publicaciones relacionadas con la Red Educom TSSF en la última década, con el fin de obtener una apreciación de estos documentos, con el fin de analizar sus contenidos. Los resultados apuntaron a una agenda local y estatal que sugiere la Red Educom TSSF como estrategia para fortalecer la política de desarrollo territorial, contemplando espacios prioritarios como los mecanismos de gobernanza – CODETER y CMDS del Sertão do São Francisco. Se pudo observar que la Red Educom TSSF, como proyecto político, presupone una estructuración operativa con dinámicas propias y proporciona instrumentos que garantizan la sostenibilidad del proyecto.

Palabras-clave: educomunicación. desarrollo territorial sostenible. políticas públicas.

DOI: https://doi.org/10.5281/zenodo.15389807 e-ISSN: 2177-8183

INTRODUÇÃO

A Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia é um caminho que vem sendo buscado para se consolidar o desenvolvimento sustentável no Estado. Disposta em 2014, por meio da Lei 13214/2014, que pressupõe como necessária a garantia do desenvolvimento territorial sustentável e solidário a partir de princípios como – dentre outros – a dignidade humana, a solidariedade, a justiça social e ambiental, a participação social e a cooperação.

Para viabilizar a discussão e o acompanhamento da Política de Desenvolvimento Territorial, foram criados os Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (CODETERs), espaços de diálogo e participação social compostos por representantes do poder público e da sociedade civil presentes nos Territórios de Identidade (Bahia, 2014).

O Território de Identidade Sertão do São Francisco está situado no norte da Bahia, sendo constituído pelos seguintes municípios: Campo Alegre de Lourdes, Casa Nova, Canudos, Curaçá, Juazeiro, Remanso, Sobradinho, Sento Sé, Pilão Arcado e Uauá (Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Sertão do São Francisco, 2018).

O Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Sertão do São Francisco (CODETER TSSF), inicialmente reconhecido como Fórum Territorial do Sertão do São Francisco, é um espaço de governança e controle social de políticas públicas, composto por representações do poder público e da sociedade civil organizada e cuja atuação neste Território de Identidade é estimada desde 2014.

Nesta mesma abordagem territorial, os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável (CMDS) são espaços de controle e gestão social, no âmbito dos municípios, cujo objetivo principal é a construção, priorização, concertação e adequação de políticas públicas a partir das demandas municipais, reconhecidos como espaços de planejamento e gestão de políticas de desenvolvimento sustentável (Bahia, 2019).

DOI: https://doi.org/10.5281/zenodo.15389807 e-ISSN: 2177-8183

A figura abaixo apresenta a distribuição territorial das instituições relacionadas com a Política de Desenvolvimento Territorial no Sertão do São Francisco. Em destaque, a representação do Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Sertão do São Francisco (CODETER TSSF), além das representações dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável (CMDS) presentes nos dez municípios do território.

Figura 1 – Institucionalidades da Política de Desenvolvimento Territorial no Sertão do São Francisco



Fonte: Autoria própria.

Para Santos (2008), a Política de Desenvolvimento Territorial trouxe como novo objeto central de atuação das políticas públicas o espaço do território, tendo como premissa a gestão democrática do planejamento através da participação dos atores sociais locais. Este protagonismo concebe maior legitimidade à política, sendo possíveis resultados mais efetivos na promoção do desenvolvimento sustentável.

Segundo Lima (2014), a política de desenvolvimento – pautada no espaço do território enquanto unidade de governança – promove a partilha de responsabilidades pelos atores locais, amparada no conceito de gestão social.

Em 2017, o Estado da Bahia disparou o projeto de formação de Órgãos Colegiados pautado na ferramenta da Educomunicação, com processos formativos que transcorreram por meio de oficinas dialógicas para conselheiros municipais de CMDS e membros do CODETER. Essa iniciativa culminou com a criação das Redes Educomunicativas/Redes Educom em todos os 27 territórios de identidade da Bahia e, no território Sertão do São Francisco, com a Rede Educom TSSF (Bahia, 2018).

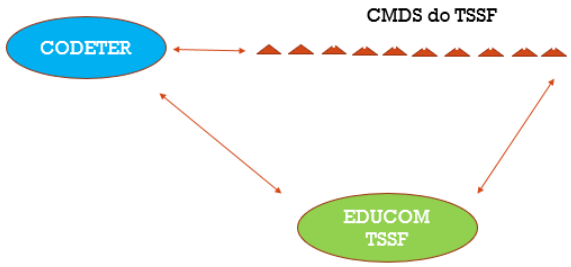
DOI: https://doi.org/10.5281/zenodo.15389807 e-ISSN: 2177-8183

A Rede Educom é um projeto oriundo das políticas públicas implementadas pela CAR e financiadas pelo Banco Mundial, para a formação e estruturação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável (CMDS) (Bahia, 2021).

A Figura 2 apresenta a representação das institucionalidades e fluxos propostos com o projeto de formação Educom TSSF. A Rede Educom estaria – portanto – buscando promover o estimado diálogo entre o CODETER e os CMDS dos municípios do território, na proposição e acompanhamento da execução das políticas públicas voltadas para o meio ambiente e desenvolvimento sustentável e solidário.

Convém observar que as institucionalidades devem seguir fluxos de diálogo mútuo, encontros e construção coletiva de proposições voltadas para o desenvolvimento territorial, numa base territorial bem definida e segundo critérios geográficos, econômicos, históricos, produtivos e sociais que configuram os territórios de identidade.

Figura 2 – Institucionalidades e fluxos da Rede Educomunicativa do Sertão do São Francisco.



Fonte: Autoria própria.

O presente estudo dialoga com as demandas institucionais que pautaram a questão do desenvolvimento sustentável integrado e integrador neste Território e se destina ao esforço de propor mais uma contribuição na delimitação de conhecimentos sobre a temática. Isso possibilita complementar tal discussão com outros estudos e recortes; sobretudo ao tentar identificar quais elementos têm permeado a tomada de

DOI: https://doi.org/10.5281/zenodo.15389807 e-ISSN: 2177-8183

decisões no tocante à agenda do desenvolvimento territorial, com especial relevância para o controle social no âmbito local.

A pesquisa pretendeu analisar a política do desenvolvimento territorial à luz da dinâmica da Rede Educom no Sertão do São Francisco baiano. Ademais, esperou-se apresentar o perfil de governança de redes públicas vinculadas à Rede Educom TSSF, apontando possíveis caminhos para o trabalho em rede, bem como explorar os conteúdos educomunicativos da Rede, apontando desafios e possibilidades que convergem com o desenvolvimento sustentável e solidário.

Segundo Martins (2015), na sociedade democrática e de direito como a do Brasil, amparada na Carta Magna e que assegura a participação e o controle social das políticas públicas, a educomunicação assume um caráter estruturante e representa um caminho para se dar vez e voz aos diversos segmentos sociais.

O termo educomunicação foi usado em 1980 pela UNESCO; posteriormente, pela Universidade de São Paulo, pelo Núcleo de Educação e Comunicação (NCE/USP) (Soares, 2009). Para Sartori e Soares (2004), a educomunicação é um campo teórico e prático que propõe ressignificar a relação entre educação e comunicação, no qual o educomunicador assume postura protagonista, de posse das distintas tecnologias, gerando e gerenciando ecossistemas comunicativos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo está situado no âmbito da Política de Desenvolvimento Territorial; particularmente, no cenário da Rede Educomunicativa do Sertão do São Francisco (Rede Educom TSSF).

A metodologia corresponde à ordem do pensamento e à prática contemplada na abordagem da realidade que inclui – ao mesmo tempo – a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a

DOI: https://doi.org/10.5281/zenodo.15389807 e-ISSN: 2177-8183

criatividade do pesquisador (sua vivência, capacidade individual e sua sensibilidade) (Minayo; Deslandes; Gomes, 2009).

A base metodológica desta pesquisa esteve amparada nas abordagens qualitativa e quantitativa, pois se estende à análise das relações, bem como à exploração bibliográfica, permitindo a mudança de caminhos durante o percurso, caso se faça necessário. Quanto aos fins, a pesquisa foi do tipo exploratória descritiva; quanto aos meios, documental. Os métodos de procedimento adotados foram o histórico e comparativo.

A pesquisa documental possibilita a investigação de determinada problemática de modo indireto, a partir do estudo dos documentos produzidos pelo indivíduo revelando – desta maneira – modos de ser, viver e compreender um fato social. Consiste em um método de pesquisa que compreende dois momentos diferentes: a coleta de documentos e a análise dos conteúdos.

Segundo Bardin (2016), a análise documental constitui uma operação ou um conjunto de operações buscando caracterizar o conteúdo de um documento em um formato distinto do original, a fim de possibilitar a sua consulta e referenciação.

Quanto aos critérios de inclusão, optou-se por selecionar documentos relacionados com o objeto da temática em questão, publicados no intervalo de tempo citado, de língua portuguesa. Como critérios de exclusão, foram dispensados documentos que fogem à temática abordada pela pesquisa, editados em outro intervalo de tempo que não o estipulado neste estudo, escritos em outros idiomas.

A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo, a qual Bardin (2016) considera ser um conjunto de instrumentos metodológicos que se aplica aos discursos. Como exercício de interpretação, a análise de conteúdo varia entre o rigor da objetividade e a fecundidade da subjetividade.

Segundo a autora, enquanto a análise documental anseia a representação condensada da informação para consulta e armazenamento, a análise de conteúdo viabiliza a manipulação de mensagens (conteúdo e sua expressão), revelando

DOI: https://doi.org/10.5281/zenodo.15389807 e-ISSN: 2177-8183

indicadores que possibilitam inferir sobre outra realidade que não somente a da mensagem.

Para Minayo, Deslandes e Gomes (2009), o uso da análise de conteúdo é bastante ampliado. Conforme os diversos objetivos, é possível optar por um roteiro de técnicas específico visando analisar os conteúdos de uma pesquisa.

Por se tratar de informações de acesso público, não foi estimada a submissão do projeto de pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa. Foi preservado o sigilo e anonimato das fontes relacionadas com a pesquisa.

A presente pesquisa optou por realizar análise temática, que Bardin (2016) considera uma contagem de um ou mais temas ou itens de significação, partindo de uma unidade de codificação previamente estabelecida.

Quanto ao campo de observação, o cenário da pesquisa foi no âmbito da Rede Educom TSSF. Quanto aos procedimentos e fontes de coleta, foram utilizados dados primários obtidos nos acervos físicos e portais digitais, referentes às atas, planos, relatórios, legislações e publicações de websites oficiais e redes sociais (Instagram e Facebook), de 2011 a 2021.

Os documentos selecionados foram produzidos por atores sociais oriundos de distintas entidades que – por sua localização – foram distribuídas nas esferas estadual e local, sendo correspondentes ao alcance de suas atuações as respectivas denominações como estadual e local.

Por questões de ordenamento e identificação, os documentos receberam as nomenclaturas DXn, sendo X correspondente à esfera de publicação do documento, sendo DE referente aos produtos no âmbito estadual e DL aos produtos no âmbito local, e n correspondente à ordem de apresentação no texto, proporcional à ordem cronológica de edição do documento (DE1= 2011; DE2= 2014; DE3= 2018; DE4= 2019; DE5= 2021; DL1= junho de 2019; DL2= janeiro de 2020; DL3=março de 2020).

O Quadro 1, abaixo, apresenta a relação de documentos que foram identificados e selecionados, conforme os critérios de inclusão, segundo a produção na esfera estadual.

DOI: https://doi.org/10.5281/zenodo.15389807 e-ISSN: 2177-8183

Quadro 1 – Relação de documentos selecionados do âmbito estadual

Nomenclatura adotada	Título do documento	Elaboração	Ano de Edição
DE1	CMDS Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável	Governo da Bahia	2011
DE2	Lei 13214	Governo da Bahia	2014
DE3	Formação Educom nos territórios	Governo da Bahia	2018
DE4	Manual do Animador/ Funções dos Núcleos Operativos da Rede Educom nos Territórios	Governo da Bahia	2019
DE5	Cartilha CMDS/Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável	Governo da Bahia	2019

Fonte: Autoria própria.

No Quadro 2 está apresentada a relação de documentos identificados e selecionados, segundo critérios de inclusão, e produzidos na esfera local.

Quadro 2 – Relação de documentos do âmbito local

Nomenclatura adotada	Título do documento	Elaboração	Ano de Edição
DL1	Proposta de Seminário Educom para o Território Sertão do São Francisco	Núcleo Operativo da Rede Educom – NORTE EDUCOM TSSF	2019
DL2	Relatório Anual de Atividades Rede Educom TSSF	Núcleo Operativo da Rede Educom – NORTE EDUCOM TSSF	2019
DL3	Projeto de	Núcleo Operativo da Rede	2020

DOI: https://doi.org/10.5281/zenodo.15389807 e-ISSN: 2177-8183

	reestruturação da Rede Educom TSSF	Educom – NORTE EDUCOM TSSF	

Fonte: Autoria própria.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram analisadas, dentre as características dos documentos produzidos e seus respectivos conteúdos, a referência destes documentos à política de desenvolvimento territorial e suas dimensões; a estruturação do processo operacional de trabalho da Rede Educom TSSF; a identificação dos mecanismos de governança das redes públicas relacionadas com a Rede Educom TSSF (CODETER e CMDS) apontados pelos documentos analisados e exibição dos conteúdos da produção multimidiática para veiculação em redes sociais (Facebook/Instagram).

Política de Desenvolvimento Territorial

No que tange à referência à Política de Desenvolvimento Territorial, os documentos produzidos no âmbito estadual e local – em sua maioria – fizeram referência à temática.

Os documentos produzidos no contexto estadual pautaram que há um esforço de ampliação dos espaços de concertação das políticas públicas, com prioridade para a cooperação entre as políticas federais, estadual e municipais. Tal abordagem pressupõe a participação do segmento sociedade civil, enfocando as funções do CMDS neste processo de integração, de modo a manter relação com o CODETER.

O desenvolvimento foi citado como um processo dinâmico e multidimensional (educação, economia, assistência social), a partir de um processo que se dá no âmbito dos Territórios de Identidade.

DOI: https://doi.org/10.5281/zenodo.15389807 e-ISSN: 2177-8183

O controle social das políticas públicas da SDR/CAR foi descrito como prioridade da Rede Educom, palco de uma ação regional junto aos CMDS e CODETER. É prevista a atuação com temas transversais, como o desenvolvimento sustentável, a agroecologia, políticas para as mulheres e juventudes, comunidades tradicionais e orçamento público.

Desafios como as desigualdades econômicas e sociais, agravadas pela crise econômica e sanitária provocadas pelo COVID foram sinalizados, demandando o planejamento ascendente e criação de cenários no âmbito da economia, educação e assistência social.

Os documentos apontaram – ainda – que foram construídas estratégias para percorrer o território, como sugeriu o DL3, e divulgar as ações da Política Territorial, com a finalidade de promover a interação e o diálogo das institucionalidades.

Estruturação Operacional da Rede Educom

Sobre a estruturação operacional da Rede Educom, os documentos do âmbito estadual – DE1, DE2 e DE5 – não fazem menção ao processo operativo da Rede Educom. Cabe salientar que os documentos DE1 e DE2 citados, são publicações anteriores à criação da estratégia Educom.

A educomunicação foi citada pelos documentos como o DE3 enquanto modo de organizar formas de aprender vivendo, criando, criticando de maneira interativa, promovendo agenciamentos coletivos: processos formativos com relações horizontais no âmbito dos territórios.

Em 2020, Silva estudou a educomunicação no Sertão do São Francisco, em Juazeiro – Bahia. Para o autor, educomunicação é um campo de conhecimento em consolidação - na interface entre educação e comunicação - transversalizando diversos temas, o que possibilita uma diversidade de intervenções. Segundo o autor,

DOI: https://doi.org/10.5281/zenodo.15389807 e-ISSN: 2177-8183

este é um campo emergente, o qual contribui com a ruptura da dicotomia educação e comunicação e se ampara na proposta de interface.

As oficinas formativas do projeto Educom citadas pelo DE4 propuseram metodologias centradas nos problemas sociais e se destinaram a capacitar agentes de transformação. Elas relacionaram o individual com o imediato político e com processos coletivos de concertação de políticas públicas, a fim de criar uma rede de autores que podem produzir informações e opiniões sobre os problemas sociais e as políticas públicas nos territórios e nos municípios.

Conforme as produções consultadas, a Educom relaciona o processo (educação) com o produto (comunicação), agenciados por meio de redes. Quanto à estruturação operacional da Rede, o DE4 propôs que os mecanismos de produção e proposição de agenda semanal acerca das agendas do CODETER e do CMDS seja efetivado pela Educom, gerando conteúdos sobre as pautas e os desdobramentos das reuniões.

Foi sugerido que a Rede Educom TSSF tivesse um processo de coordenação e gestão, feito pelo Núcleo Operativo – NORTE. Como funções do NORTE, o DE4 também propôs planejar a agenda de trabalho da Rede e integrá-la às agendas do território, bem como mapear os parceiros e estruturas do território, além de negociar arranjos operacionais com as diversas secretarias de Estado e contribuir com a formação dos atores sociais que compõem a Rede, sinalizando para o DFOC as necessidades de formação.

Foi proposta uma agenda mínima de atividades que reúnem, dentre outras, o lançamento das Redes nos territórios, alianças com os canais de comunicação nos territórios, encontros ordinários do NORTE e construção do Plano de Ação, agenda de produção de mídias, ampliação do o processo de divulgação das ações do CODETER e CMDS, mobilização e apoio logístico para as ações.

Ainda referente à estruturação operacional da Rede, em âmbito local, foram previstos a apresentação institucional sobre o percurso da Rede Educom no Sertão do São Francisco e o levantamento de elementos para compor o Plano de Ação da Rede Educom (DL1).

DOI: https://doi.org/10.5281/zenodo.15389807 e-ISSN: 2177-8183

No documento DL3, é possível encontrar a informação de que o movimento institucional Educom do TSSF se iniciou em maio de 2018, em Juazeiro, com a formação em Educomunicação para Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável (CMDS).

A dinâmica institucional de atividades da Rede Educom também foi pautada, com a descrição das reuniões, membros presentes e pautas tratadas. Foram realizadas – de janeiro a dezembro de 2019 – 24 reuniões da Rede Educom TSSF. Para a realização das atividades que mobilizassem maior público e demandassem estruturação em caráter de evento, a Rede Educom TSSF articulou e obteve acesso a recurso específico do Governo do Estado, para fins de despesa com alimentação e estadia dos participantes.

A agenda de reuniões ordinárias do NORTE, conforme consulta às publicações disponíveis, foi mantida até o ano de 2020, quando as atividades eram realizadas no formato presencial e com agenda fixa, duas vezes por semana. No início do período de pandemia (2020), as reuniões foram interrompidas e ainda foi mantida, em formato online, agenda de encontros do Comitê Popular Solidário, em defesa da vida e caráter de prevenção ao Covid-19, com a participação e incentivo da Rede.

Perfil de Governança das redes públicas vinculadas à Rede Educom

No tocante ao perfil de governança das redes públicas vinculadas à Rede Educom, dentre os documentos do âmbito estadual, os CMDS foram citados como instâncias colegiadas de planejamento, monitoramento e gestão de políticas públicas relacionadas com o desenvolvimento sustentável, sendo necessária a qualificação da estrutura e funcionamento dos CMDS.

A dinâmica de trabalhos do CMDS ocorreria por reuniões periódicas, criação de câmaras técnicas, comitês ou grupos de trabalho que iriam elaborar o Regimento Interno, com a definição das funções a serem desenvolvidas pelo conselho. O CMDS

DOI: https://doi.org/10.5281/zenodo.15389807 e-ISSN: 2177-8183

deveria ser criado por Lei Municipal oriunda do Poder Executivo, com aprovação pelo Legislativo, sendo a nomeação dos conselheiros efetivada por Decreto Municipal.

Os documentos apontaram que os processos de estruturação dos CMDS deveriam considerar critérios como a representatividade, diversidade e pluralidade dos componentes. Quanto à composição do CMDS, deveria ser disposto por – no mínimo – 2/3 de representações da sociedade civil; no máximo, 1/3 do poder público. Os conselheiros seriam indicados pelas entidades em documento formal, e o mandato dos membros poderia ser de dois anos, por serviço relevante e sem ônus aos cofres públicos.

Além disto, deveria ser elaborado o regimento interno do CMDS, com o detalhamento de suas funcionalidades. A dinâmica de trabalho seria realizada por meio de reuniões sistemáticas, criação de câmaras, comitês ou grupos temáticos. Como função dos CMDS, o documento destacou a elaboração ou revisão do Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável (PMDS).

Ademais, como instâncias de participação, o marco legal (DE2) apontou para o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (CEDETER) e os Colegiados de Desenvolvimento Territorial (CODETER) como espaços de referência para o debate e o acompanhamento da Política de Desenvolvimento Territorial na Bahia.

Conforme o documento, ao CODETER caberia elaborar e aprovar regimentos internos com o detalhamento das funções, composição, coordenação, eleição e mandato dos membros, sendo estabelecidos os critérios de representação conforme a diversidade dos segmentos organizados. As atividades do CEDETER e do CODETER são de relevância pública, não ensejando nenhum tipo de remuneração por parte do Estado.

Oliveira (2017), enquanto estudou a Política de Desenvolvimento Territorial no Sertão do São Francisco, apontou para a frágil integração entre as redes de CODETER TSSF e os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Territorial Sustentável (CMDS). A autora destacou que estes espaços precisavam ser permanentemente animados com maior definição das representações e das

DOI: https://doi.org/10.5281/zenodo.15389807 e-ISSN: 2177-8183

responsabilidades de cada um na execução e monitoramento das políticas públicas, a partir de um processo de gestão social e capacitação permanente dos seus integrantes.

O projeto de reestruturação da Rede Educom objetivou, dentre outras ações, ajustar operacionalmente a Rede Educom TSSF, por meio de um ordenamento interno e com implicações para as interações sociais do grupo, pressupondo uma abordagem que contribuísse, oportunamente, com os movimentos de aproximação com os Órgãos Colegiados com os quais está relacionada a Rede Educom TSSF.

Conteúdos de produção multimidiática

No que se refere aos conteúdos de produção multimidiática, para os documentos do âmbito estadual, os documentos DE1 e DE2 não mencionaram estes aspectos. Convém citar que foram construídos em período anterior ao período de implementação do projeto Educom.

Os processos de encontros presenciais e online foram citados nos documentos analisados (DE3), com destaque para a recomendação sobre a produção. Trata-se da problematização envolvendo questões acerca do papel dos CMDS e CODETER, dinâmicas de funcionamento, perfil dos membros; produção, dentre outras.

O DE4 estabeleceu a sugestão de um roteiro mensal sobre a produção nos territórios, bem como o alcance das produções (Facebook, Instagram, Whats app). O documento explana os conteúdos que deveriam ser considerados para a produção dos textos (o que, quem, quando, onde, por que). Forneceu orientações sobre a redação dos textos. Mencionou como função do NORTE a divulgação das ações a partir da produção audiovisual, com campanhas de fortalecimento das ações no território.

DOI: https://doi.org/10.5281/zenodo.15389807 e-ISSN: 2177-8183

Para os documentos produzidos no âmbito local, o DL1 apresentou experiências exitosas no Território com reconhecida atuação na produção educomunicativa, a exemplo do Seminário da Rede Educom TSSF (2019), que lançou a Rede EDUCOM TSSF para o cenário territorial, reunindo experiências e parceiros que já desenvolviam a metodologia EDUCOM, além de atores dos CMDS, CODETER, SETAF e demais órgãos públicos do governo do Estado.

Foram também lançados os canais de comunicação da Rede EDUCOM (DL2), como: Fanpage no Facebook e Perfil no Instagram, com divulgação entre os parceiros institucionais do CODETER, CMDS e visita aos setores do SETAF, instituindo o fluxo de conteúdos veiculados pelos canais, de autoria coletiva e integrada. O DL2 também mencionou como a necessidade de contemplar, para 2020, a criação de um canal no Youtube e expansão das ações de “conversação” a partir dos canais já em atividade.

Os canais de comunicação da Rede EDUCOM como Fanpage no Facebook e Perfil no Instagram foram destacados pelas produções (DL3), com divulgação entre os parceiros institucionais do CODETER, CMDS e visita aos setores do SETAF, instituindo o fluxo de conteúdo veiculados pelos canais.

Neste sentido, os documentos analisados apontaram que foram beneficiados com o projeto tanto o poder público, em nome de suas institucionalidades, como o segmento social, representado pelas entidades que compuseram os espaços de governança, através do acompanhamento das notícias veiculadas, como as oportunidades (editais, formações, eventos locais, etc), os programas governamentais e suas ações.

O perfil do Instagram possui conteúdos que acabaram por valorizar as ações locais da Rede Educom TSSF, com o registro de reuniões, atividades, formações, parcerias e acontecimentos ocorridos no Sertão do São Francisco. O perfil do Instagram foi marcado por atividades inseridas no contexto da Política Territorial, sendo possível destacar a participação da Rede Educom TSSF nos eventos realizados pelo Colegiado de Desenvolvimento Territorial – CODETER.

DOI: https://doi.org/10.5281/zenodo.15389807 e-ISSN: 2177-8183

Segundo Rocha Ramos (2005), educomunicação e pedagogia da comunicação referem-se ao mesmo processo pedagógico, baseado numa práxis construtivista, quando a aprendizagem é realizada no fazer, por meio da mediação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Política de Desenvolvimento Territorial pareceu subsidiar caminhos para a efetivação do desenvolvimento sustentável nos territórios, através do (necessário) diálogo entre poder público, sociedade civil, organizações, instituições e movimentos sociais que viabilizaram a construção de espaços de participação e controle social, como os CMDS e CODETER, fóruns prioritários para a atuação da Rede Educom.

A formação da agenda política corresponde a uma relevante etapa do ciclo da política pública, pois permite reconhecer o quanto as demandas locais ocupam uma posição de prioridade na efetiva ação da gestão pública e social.

Neste sentido, captar quais temas merecem e recebem especial atenção dos governos e da sociedade civil organizada, mediante a formulação e implementação de programas e projetos específicos, se torna valioso, permitindo acompanhar quais recursos empregados, quais interesses relacionados e quais atores são importantes para a execução das ações.

Os documentos analisados apontaram para uma dinamicidade apoiada na conceituação da educomunicação enquanto ferramenta de possível transformação e agenciamento coletivo para o trabalho em rede. Desta maneira, foi estimada uma estruturação operacional mínima para a Rede Educom, fundamentada em dinâmica própria de reuniões periódicas e sistemáticas, com agenda de produção de conteúdos educomunicativos e alimentação dos canais de comunicação. A proposição sobre o funcionamento da Rede Educom foi recomendada no âmbito do Estado e mais discutida e implementada na base local.

DOI: https://doi.org/10.5281/zenodo.15389807 e-ISSN: 2177-8183

No contexto do Território Sertão do São Francisco, o Território é sede de um Colegiado de Desenvolvimento Territorial e Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável (CMDS) nos dez municípios que o compõem. A Rede Educom TSSF se dispôs a fortalecer o contato e o compartilhamento de estratégias comuns no tocante ao desenvolvimento territorial sustentável.

Além disto, os documentos analisados sinalizaram que, sobre a recomposição dos CMDS e também sobre a elaboração de Planos Municipais de Desenvolvimento Sustentável (PMDS), à época, não se dispunham de levantamentos oficiais, o que configura uma das recomendações deste estudo, no cenário do território Sertão do São Francisco.

Os mecanismos de governança das redes públicas vinculadas à Rede Educom TSSF apontados com a pesquisa – CODETER e CMDS – possuem, ambos, atuação em interface com a temática do desenvolvimento territorial sustentável.

Estes espaços possuem uma composição aproximada, poder público e sociedade civil, agenda de trabalhos específica e espaço de atuação – municipal e territorial que, situados em um mesmo território de identidade, dimensiona e promove a interação das demais políticas públicas, conforme o movimento previsto de concertação. Estes fóruns privilegiados de debate parecem ocupar um papel central na discussão e consolidação da Política de Desenvolvimento Territorial.

O uso das redes sociais para veicular as ações do território acompanhou as recomendações no contexto estadual e, ao percorrer as páginas do Facebook e Instagram, foi possível identificar o serviço disponibilizado às institucionalidades. A internet, quando bem utilizada, vem se prestando a este papel: agenciar e disseminar informações de qualidade e credibilidade com aplicação social.

No caso da Política Territorial, é um importante meio de troca de experiências exitosas e construção coletiva de conhecimentos. É o espaço da agricultura familiar, da defesa do meio ambiente e dos recursos naturais, do desenvolvimento produtivo sustentável e da inovação social. A Rede Educom TSSF contribuiu com o registro das informações, uma vez que os perfis das redes sociais permitiram sitiar o diário de

DOI: https://doi.org/10.5281/zenodo.15389807 e-ISSN: 2177-8183

campo da Política Territorial no Sertão do São Francisco, o qual pode ser consultado a qualquer momento por quem se interessar em acompanhar as ações do território.

O projeto de formação de órgãos colegiados, enquanto compromisso político e de gestão, teve o objetivo de fortalecer os espaços de participação e governança, pressupondo a conquista de maior efetividade e controle social das políticas públicas. Foi um projeto ousado, que se propôs a motivar e mobilizar pessoas, dando vez e voz ao poder público e segmentos sociais no espaço dos territórios.

REFERÊNCIAS

BAHIA. **CMDS Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável**. Salvador, Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável 2019.

BAHIA. **Departamento de Formação de Órgãos Colegiados**. Salvador, 2021. Disponível em: http://www.car.ba.gov.br/projetos/departamento-de-formacao-de-orgaos-colegiados-dfoc Acesso em: 28 mai. 2021.

BAHIA. **Formação Educom nos Territórios**. Salvador, Secretaria de Desenvolvimento Rural 2018.

BAHIA. **Lei 13214 de 29 de dezembro de 2014, que dispõe sobre os princípios, diretrizes e objetivos da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia, institui o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial- CEDETER e os Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável – CODETERs**. Salvador, Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia 2014.

BAHIA. **Resolução nº 07 de 02 de junho de 2011, que dispõe sobre a criação e ou unificação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural e estabelece condições para a homologação destas instâncias colegiadas**. Salvador, Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável 2011.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

COLEGIADO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO. **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário.** Juazeiro, Colegiado de Desenvolvimento Territorial 2018.

DOI: https://doi.org/10.5281/zenodo.15389807 e-ISSN: 2177-8183

LIMA, Jamille da Silva. **Território e desenvolvimento territorial: o (des)envolver dos ativismos sociais no Território do Sisal – BA.** Salvador: UFBA, 2014.

MARTINS, Janaina Senna. **O lugar da educomunicação socioambiental no contexto das políticas públicas de educação ambiental no Brasil.** Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em:http://repositorio.furg.br/xmlui/bitstream/handle/1/8570/MARTINS%2C%20Janaina%20Senna.pdf?sequence=1 Acesso em: 26 mai. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2009.

OLIVEIRA, Jussara de Souza. **Política de Desenvolvimento Territorial: a experiência do Território do Sertão do São Francisco – Bahia**. Petrolina: UNIVASF, 2017.

ROCHA RAMOS, Marcílio. **Educomunicação & mídia radical: uma pedagogia revolucionária com as tecnologias da informação e da comunicação**. Salvador, 2005.

SANTOS, Ludiara Fernanda Borba dos**. A política de desenvolvimento territorial no Estado da Bahia: de territórios rurais a territórios de cidadania**. Salvador: UFBA, 2008**.**

SARTORI, Ademilde Silveira; SOARES, Maria Salete Prado. **Concepção dialógica e as NTICs: A Educomunicação e os ecossistemas Comunicativos.** In.: Colóquio Internacional Paulo Freire, 5, 2005. Disponível em: http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/86.pdf. Acesso em: 26 mai. 2021.

SILVA, Francisco de Assis. **Educomunicação no sertão do São Francisco: O papel do Acervo Dom Jose Rodrigues de Souza em Juazeiro da Bahia**. São Paulo, 2020. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-02032021-110238/publico/FranciscodeAssisSilvaVC.pdf Acesso em: 26 mai. 2021.

SOARES, Ismar de Oliveira. O. **Entenda a educomunicação**. São Paulo, 2009. Disponível em: http://www.usp.br/nce/?wcp=/novidades/informe,7,1159 Acesso em: 26 mai.2021.